

INSTITUTO DE EDUCAÇÃO “FERNANDO COSTA” (1953 E 1975) E A IMPRENSA: UM INSTRUMENTO DE PESQUISA

Aline de Novaes CONCEIÇÃO¹

1

RESUMO

Apresentam-se resultados de uma pesquisa com o objetivo de reconstituir aspectos da instalação e do encerramento do Instituto de Educação (IE) “Fernando Costa”. Realizaram-se pesquisa bibliográfica e documental, elaborando um instrumento de pesquisa que contém a relação de referências de textos sobre esse instituto contidos nos jornais prudentinos, dos anos de 1953 e 1975. Os resultados possibilitaram compreender, que houve o mesmo número de referências de textos publicados no ano da instalação e no ano do encerramento do IE “Fernando Costa”, a instalação desse IE foi desejada pela população e o encerramento gerou insatisfação dessa população.

PALAVRAS-CHAVE: História da Educação. Formação de Professores. Instituto de Educação. Instituto de Educação “Fernando Costa”. Jornais.

ABSTRACT

They present results of research in order to reconstruct aspects of the facility and the closure of the Institute of Education (IE) " Fernando Costa ." There were bibliographical and documentary research , developing a survey instrument that contains the list of text references about this institute contained in prudentinos newspapers, the years 1953 and 1975. The results made it possible to understand , that there were the same number of text references published in the year of installation and the year IE closing " Fernando Costa ," the installation of IE was desired by the population and the closure caused dissatisfaction of this population.

KEYWORDS: History of Education . Teacher training. Institute of Education . Institute of Education " Fernando Costa ." Newspapers .

INTRODUÇÃO

Este texto está relacionado com a pesquisa em desenvolvimento que realizei no âmbito do Curso de Mestrado do Programa de Pós-Graduação em Educação da Faculdade de Filosofia e Ciências da Universidade Estadual Paulista “Júlio de Mesquita Filho”, Campus de Marília/SP, com orientação do professor Macioniro Celeste Filho.

¹Doutoranda do Programa de Pós-Graduação em Educação da Faculdade de Filosofia e Ciências (FFC), da Universidade Estadual Paulista “Júlio de Mesquita Filho” (UNESP), Campus de Marília/SP, Brasil. *E-mail:* alinenovaesc@gmail.com. Telefone: (14) 996086618. Endereço: Rua Theodoro Marques Pinto, nº 126, Bairro: Palmital, Marília/SP, CEP: 17.511-280. Bolsista do Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq). Orientador: Dr. Macioniro Celeste Filho.

O objetivo geral que resultou neste texto consiste em reconstituir aspectos da história do extinto Instituto de Educação (IE) “Fernando Costa” da cidade de Presidente Prudente/SP, especificamente reconstituir aspectos da instalação e do encerramento dessa instituição nos anos de 1953 e 1975, respectivamente ano da instalação e ano do encerramento do IE em questão.

No *Código de Educação do Estado de São Paulo*, em relação às finalidades do Instituto de Educação, têm-se:

- a) Formar professores primarios secundarios² e inspetores e diretores de escolas;
- b) manter cursos de aperfeiçoamento e de divulgação, para os membros do magistério;
- c) ministrar ensino primario e secundario a alunos de ambos os sexos, em estabelecimentos que permitam a observação, a experimentação e a pratica de ensino, por parte dos candidatos ao professorado. (SÃO PAULO, 1933, [p.106-107]).

Dessa forma, nos Institutos de Educação, havia diversos cursos, mas todos estavam relacionados com a formação dos professores e segundo Labegalini (2009, p. 16) esses institutos “[...] eram escolas de excelência e ser formado por uma instituição como essas dava certo *status* ao professor.” (LABEGALINI, 2009, p. 16).

Os Institutos de Educação tiveram sua expansão para o interior do estado de São Paulo, iniciada a partir da *Lei Orgânica do Ensino Normal*, de 1946 e na década de 1960, foram criados mais IEs nesse estado (LABEGALINI, 2009).

O primeiro IE do Brasil, foi instalado em 1932, por Anísio Teixeira no Rio de Janeiro (então Distrito Federal), durante a sua gestão enquanto Diretor da Instrução Pública. A partir da experiência no Distrito Federal, em fevereiro de 1933 (LABEGALINI, 2005).

O Instituto de Educação “Caetano de Campos” foi criado em 1933 e incorporado a USP em 1934 tornando-se IEUSP e perdurou até 1938, quando o Interventor Federal Adhemar de Barros decidiu extinguir o IE em questão. Dentre as justificativas estava que os custos com essa instituição eram altos, além disso,

² O curso de formação de professores secundários era até o momento em que não se estabelecesse a faculdade de Ciências e Letras em São Paulo (SÃO PAULO, 1933).

[...] o Interventor aludiu ao fato de que o Instituto estava dificultando a formação do professor por tê-la posto no nível universitário. [...] a elevação dessa formação ao nível superior tinha um sentido de qualificação profissional e de formação científica de alto nível. (EVANGELISTA, 2002, p. 34).

No processo de extinção do IEUSP houve a presença de católicos, pois se interessavam em serem responsáveis pela formação do professor em nível superior, devido os objetivos espirituais que tinham (EVANGELISTA, 2002).

A Universidade do Distrito Federal também formava professores e o encerramento do IEUSP e dessa universidade significou que no Brasil “[...] as duas primeiras experiências de formação do professor em nível superior foram abortadas.” (EVANGELISTA, 2002, p. 232).

O ideário escolanovista estava nos IEs, pois “[...] foi o grande orientador de estudos de formação de professores no Brasil pelo menos até a década de 1970.” (LABEGALINI, 2005, p. 151). Nesse ideário, o aluno é considerado sujeito da sua aprendizagem, valoriza-se a ciência na escola e o contrário desse ideário era denominado de ensino tradicional, ou seja, um ensino que desconsiderava a ação e a experiência, como afirma Buffa e Pinto (2002). Assim,

Foi nesse contexto escolanovista que surgiu o primeiro IE do estado de São Paulo, em 1933, e, nas décadas seguintes, os demais 119 IEs, que permaneceram até 1975, quando o escolanovismo foi cedendo espaço para outra tendência educacional, o tecnicismo, que se centra na organização racional dos meios, secundarizando o papel do professor e do aluno. (LABEGALINI, 2005, p. 151).

Para Serra (2004, p. 58) a “[...] criação dos institutos de educação está relacionada com o ideário da Escola Nova, pois esses institutos surgiram para que se realizassem transformações na educação brasileira.”.

Dentre os pensadores que defendiam a Escola Nova estava Antônio D’Ávila que ingressou na Escola Normal “Caetano de Campos”, teve contato com Lourenço Filho, substituiu a cadeira de “Psicologia”, “Pedagogia” e “Prática de Ensino”. Atuou como professor e diretor de instituições escolares, diretor de Serviço e Orientação Pedagógica do Departamento de Educação de São Paulo e foi chefe do Serviço Nacional de Aprendizagem (SENAC). Além disso, fez palestras e conferências na

capital e no interior do estado de São Paulo e escreveu 11 manuais de ensino que circulou nos cursos de formação de professores primários (TREVISAN, 2007).

Foram localizados poucos estudos sobre os IEs do estado de São Paulo, os quais serão apresentados abaixo e são dos seguintes autores: Evangelista (2002), Pinheiro (2000)³, Nadai (1994), Bontempi Júnior (2011), Reis (2015), Serra (2004), Tofoli (2003), Camargo (2000), Pirolla (1988), Labegalini (2005) e Ribeiro (1999).

Dentre os estudos sobre os Institutos de Educação do estado de São Paulo há o de Evangelista (2002) que ao buscar reconstituir o início da formação dos professores em nível universitário, enfoca o encerramento do Instituto de Educação da Universidade de São Paulo (IEUSP), no período entre 1934 a 1938. Com a pesquisa de Evangelista (2002) é possível constatar que, em 1933, criou-se o primeiro Instituto de Educação do estado de São Paulo localizado em São Paulo e denominado de “Caetano de Campos”.

Nesse IE havia a Escola de Professores que formava professores primários, secundários e técnicos de ensino que abrangia os cursos de Administradores Escolares; Aperfeiçoamento, Especialização, Extensão Universitária e Cursos Livres. Nessa formação de professores, havia a prática de ensino, observação e experimentação que ocorriam nas Escolas de Aplicação que eram constituídas do Jardim de Infância, da Escola Primária e da Escola Secundária. Além disso, no IE “Caetano de Campos” havia a biblioteca, o laboratório e o Centro de Psicologia Aplicada, centro que ocorria grande parte da pesquisa desse instituto (EVANGELISTA, 2002).

Após um ano de criação do IE “Caetano de Campos”, em 1934, criou-se a Universidade de São Paulo (USP) sem o curso de Pedagogia. A fim de formar professores o Instituto de Educação “Caetano de Campos” foi incorporado a USP tornando-se IEUSP, a partir disso, ocorreu a “[...] primeira experiência de formação do professor em nível universitário.” (EVANGELISTA, 2002, p. 22) e perdurou até 1938, quando esse IE foi transformado em Escola Normal e foi excluído da USP.

Pinheiro (2004) busca compreender as práticas pedagógicas e o cotidiano escolar presentes nos discursos dos alunos do Curso Primário da Escola de Aplicação do

³ Ressalto que somente localizei a referência do texto escrito por Pinheiro (2000), por isso, selecionei um texto dessa mesma autora que foi escrito no ano de 2004. Nesse texto, a autora resumiu aspectos da sua dissertação de mestrado

Instituto de Educação “Caetano de Campos” de São Paulo no período de 1936 a 1939. Respectivamente ano do primeiro número do jornal *Nosso Esforço* e ano em que a instituição passou a ser denominada de Escola “Caetano de Campos”, após extinção do IE.

O jornal mencionado teve circulação do ano de 1936 ao ano de 1967 e era elaborado, selecionado e distribuído pelos alunos de 7 a 12 anos do Curso Primário, sendo que os professores censuravam os conteúdos e a escrita. Os temas tratados nesse jornal consistiam em biografias, datas comemorativas, notícias da escola e entretenimento, havia também “[...] a presença constante do discurso de caráter higienista e nacionalista.” (PINHEIRO, 2004, p. 2-3).

Para analisar, Pinheiro (2004) selecionou para análise três temas recorrentemente mencionados no jornal em questão, a saber, “a criança que estuda”, “a ignorância que escraviza” e “grandes homens e a construção da nacionalidade brasileira”. Concluindo que os artigos apropriados para publicação no jornal *Nosso Esforço* deveriam ser otimistas, com temas que retratassem atos cívicos, valorizando a disciplina, a história da nação e da escola, sendo a escola vista como veículo de civilidade e transformação social.

Ainda sobre o IE “Caetano de Campos”, é possível constatar que a instalação dessa instituição estava relacionada com Fernando de Azevedo que o identificava de diversas formas, a saber, Escola Superior de Pedagogia, Faculdade de Letras e laboratório do Ensino Paulista. Essa instalação foi uma das respostas ao documento *Pioneiro da Escola Nova* e para Azevedo esse IE deveria além de preparar professores e administradores escolares, se constituir enquanto espaço de investigação e estudos experimentais sobre educação (NADAI, 1994).

Nesse IE, havia um diferencial, pois além de formar professores primários, também formou professores secundários até o momento da instalação da Faculdade de Educação Ciências e Letras na USP. Nadai (1994) investigou essa formação, concluindo que ocorreu de maneira parecida com a formação do professor primário com destaque para a prática.

Com a instalação da Faculdade de Educação Ciências e Letras, houve a extinção do IEUSP e os professores do IE “Caetano de Campos” foram transferidos para essa faculdade a fim de ministrarem disciplinas pedagógicas. Bontempi Júnior (2011) busca compreender os momentos que sucederam essas transferências e conclui que os professores do IE “Caetano de Campos” eram considerados pelos professores da USP, como desapropriados para lecionarem naquela instituição (BONTEMPI, JÚNIOR, 2011).

Assim, enquanto que uma das características dos IEs é a valorização da experimentação e da prática, nesse período, havia professores da USP que desprezavam as disciplinas da formação pedagógica, considerando que “[...] bastava formação científica de qualidade para que o professor tivesse condições de operar a transformação do conteúdo aprendido em conteúdo a ser ensinado nas escolas normais e secundárias.” (BONTEMPI JÚNIOR, 2011, p. 197).

O Curso de Pedagogia era organizado no modelo dos demais cursos da Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras “[...] era tido como um espaço legítimo para a reflexão e produção de conhecimento sobre o ensino, em detrimento do Curso de Didática.” (BONTEMPI JÚNIOR, 2011, p. 206).

Reis (2015) ao buscar compreender aspectos constitutivos da Didática enfoca o Instituto de Educação “Leônidas do Amaral Vieira” localizado na cidade de Santa Cruz do Rio Pardo/SP⁴, no período de 1953 a 1975. A autora realiza a pesquisa no campo das disciplinas escolares e situa-se no campo da História Cultural, concluindo que a Didática estava relacionada com os Cursos Normais e no IE “Leônidas do Amaral Vieira”, esses cursos centravam sua atenção na formação de professores da escola primária.

Serra (2004) investiga aspectos do modelo de formação de professores implementado no IE “Prof. Stélio Machado Loureiro” que funcionou em Birigui/SP, no período de 1961 a 1976. Segundo a pesquisadora, a formação do professor alfabetizador ocorria mais no terceiro ano do Curso Normal. A autora traz informações sobre a organização do IE em questão e sobre a biblioteca dessa instituição, afirmando que “[...]”

⁴ Essa cidade é pertencente à administração de Marília/SP (REIS, 2015).

os IEs também foram de certa forma uma concretização dos anseios dos reformadores da década de 1920, quando tentam dar uma resposta à formação de professores para uma sociedade em processo de urbanização, industrialização e expansão de matrículas.” (SERRA, 2004, p. 82).

Tofoli (2003) investiga a educação feminina no Colégio e posteriormente, no Instituto de Educação “Madre Clélia” da cidade de Adamantina/SP no período de 1950 a 1978, para isso, reconstitui

[...] aspectos da internalidade do colégio: sua forma de organização, tópicos do planejamento e cotidiano da sala de aula, organização curricular, sistemática de avaliação, condições de aprendizagem das alunas, práticas de devoção religiosa, estrutura física do colégio, convites, boletins contendo notas de trabalhos escolares, resultados das avaliações, organização de ensino, regimento interno, horário das aulas, controle de faltas e comunicados dos e para os pais lançamos mão também de fontes iconográficas. (TOFOLI, 2003, p. 22-23).

Concluindo que a educação dessa instituição preparava a aluna para ser dona de casa, esposa, mãe e profissional do magistério e “[...] muitas cumpriram os dois papéis de mãe e professoras, respondendo aos seus próprios anseios como os da família, da Igreja e da sociedade.” (TOFOLI, 2003, p. 137).

Camargo (2000) busca produzir uma história das práticas escolares no Instituto de Educação de Rio Claro/SP, no período de 1928 a 1958 abordando a Cultura Escolar dessa instituição ainda que fragmentariamente. A partir disso, a autora apresenta diversos aspectos da vida escolar dessa instituição que se transformou em Instituto de Educação no ano de 1957, ministrando o Curso Pré-primário, Primário, Ginásial, o Curso de formação de professores primários e o Curso de Aperfeiçoamento.

Pirolla (1988) busca registrar memórias do Instituto de Educação “Dr. Álvaro Guião” de São Carlos/SP, entre os anos de 1911 a 1976, período anterior, durante e período posterior de funcionamento do IE em questão. A pesquisadora estudou na instituição mencionada quando era Colégio Estadual e Escola Normal e por isso apresenta seus próprios relatos memorialísticos da instituição. Nesse IE, a autora destaca a biblioteca, laboratórios (de física, de química e de história natural), gabinete de psicologia experimental e de geografia, sala de educação física, de trabalhos manuais e de desenho (PIROLLA, 1988).

Labegalini (2005) realiza uma pesquisa de âmbito geral sobre os Institutos de Educação do estado de São Paulo, a fim de compreender a formação dos professores alfabetizadores nesses IEs, especificamente o modelo de formação do professor que ocorria nessas instituições entre 1933 a 1975. Dessa forma, a autora realiza um mapeamento dos IEs desse estado e apresenta aspectos de 12 desses institutos.

A autora Labegalini (2005) apresenta em apêndice ao texto, quatro instrumentos de pesquisa com as fontes que localizou, possibilitando subsidiar pesquisas correlatas sobre o tema, o primeiro consiste em uma relação de referências relacionadas a um conjunto de legislação sobre os Institutos de Educação do Estado de São Paulo entre 1933 a 1975. O segundo contém uma relação de referências referente aos documentos localizados nos acervos das instituições consultadas. O terceiro apêndice contém uma relação de referências referente aos livros que integraram o acervo das bibliotecas dos IEs consultados e o quarto apêndice contém um quadro com informações sobre os livros localizados nos acervos das escolas estaduais que abrigaram IEs consultados, essas informações consistem em “Autores”, “Títulos” e cidades em que estava o acervo.

A pesquisa apresentada por Labegalini (2005) tem suas limitações em relação à apresentação breve de cada um dos 12 IEs, o que indica a possibilidade de realização de pesquisa sobre cada Instituto de Educação mencionado pela autora. Dentre esses 12 IEs está o IE “Fernando Costa” e a autora menciona que sobre essa instituição apenas localizou um artigo escrito por uma professora dessa instituição, a saber, Barros (1981)⁵.

Ribeiro (1999) também menciona o IE “Fernando Costa” ao buscar preservar a memória educacional da cidade de Presidente Prudente/SP e recuperar aspectos das primeiras Instituições Educativas da cidade, a saber, o primeiro Grupo Escolar “Adolpho Arruda Mello”, o Colégio São Paulo, o Colégio Cristo Rei e o Ginásio do Estado/Instituto de Educação “Fernando Costa”. Sobre o IE em questão, a autora menciona que era “[...] um centro educacional e intelectual da Prudente dos anos 40, 50 e início de 60. Preparou professores.” (RIBEIRO, 1999, p. 133). Assim, a autora

⁵Todavia, como mencionado foram localizadas mais fontes sobre essa instituição (APÊNDICE A).

recupera informações iniciais da educação da cidade, concluindo que a educação era anseio da população prudentina e o primeiro Grupo Escolar foi modelo para outros municípios da região.

A partir dos textos apresentados, é possível constatar que as pesquisas sobre os Institutos de Educação do estado de São Paulo apresentam aspectos diversos e duas delas mencionam o Instituto de Educação “Fernando Costa” que permaneceu até dezembro de 1975, e devido a Reforma do Ensino decorrente da lei 5692/71, passou a ser Escola Estadual de 2º grau.

O Instituto de Educação de Presidente Prudente/SP foi instalado em 20 de outubro de 1953, a partir da transformação do Colégio do Estado e Escola Normal da cidade. Todavia, antes disso, no prédio em que foi instalado o IE “Fernando Costa”, funcionou um Ginásio, assim, esse ginásio tornou-se Colégio do Estado e Escola Normal e posteriormente, tornou-se Instituto de Educação “Fernando Costa” (RIBEIRO, 1999).

Em 26 de janeiro de 1976, pelo decreto 7510 a denominação IE foi abolida, isso ocorreu baseado na lei 5.692 de 1971, pois a partir dessa lei a formação para o exercício do magistério deveria ocorrer em cursos superiores (licenciatura plena); em cursos de graduação (licenciatura curta) e em habilitação do 2º grau, assim, a partir dessa lei ocorreu o fim dos IEs (LABEGALINI, 2005).

METODOLOGIA

Para o desenvolvimento da pesquisa, realizei pesquisa bibliográfica e documental com abordagem histórica sobre o tema. A partir da pesquisa documental, elaborei um instrumento de pesquisa (CONCEIÇÃO, 2016), para isso, utilizei os números dos jornais impressos da cidade de Presidente Prudente/SP, compreendendo que segundo Bellotto (1979, p. 1) “[...] os instrumentos de pesquisa constituem-se em vias de acesso do historiador ao documento, sendo a chave da utilização dos arquivos como fontes primárias da História.”.

O instrumento de pesquisa possibilita que o pesquisador na área de história possa selecionar as fontes possíveis de serem utilizadas para o desenvolvimento de sua pesquisa a partir da visualização das principais informações relacionadas às fontes.

Os números dos jornais que selecionei consistiram nos que abrangiam o ano de 1953 e o ano 1975, como mencionado, ano da instalação do Instituto de Educação “Fernando Costa” e ano anterior da implementação, no estado de São Paulo, da Reforma do Ensino de 1º e 2º Graus baseada na Lei 5.692/71. Para a elaboração do instrumento de pesquisa, utilizei os seguintes procedimentos metodológicos: localização, identificação, reunião, seleção e sistematização de textos sobre o IE “Fernando Costa” e sobre a Reforma do Ensino baseada na Lei 5.692/71, contidos nos números dos jornais da cidade de Presidente Prudente/SP, nos anos de 1953 e 1975.

Para realizar este instrumento de pesquisa, consultei o arquivo “Dr. Cerávolo” de Presidente Prudente/SP, esse arquivo está localizado no mesmo terreno em que está o museu da cidade. O arquivo em questão foi instalado em 1983 e apoiado pelo jornal da cidade *O imparcial* (ARQUIVO..., 1983).

Na consulta a esse arquivo, localizei no ano de 1953, números do jornal *O imparcial*, e no ano de 1975, também localizei números do jornal *O imparcial*, e além desses, localizei: *A voz do povo* e *Correio da Sorocabana*. Todavia, somente localizei textos sobre a temática da pesquisa nos números do jornal *O imparcial* e nos número do jornal *A voz do povo*.

Durante a consulta, fotografei a capa dos números dos jornais e as páginas em que estavam os textos com as seguintes palavras-chaves⁶: “Colegio Estadual e Escola Normal Fernando Costa”, “Colegio Estadual e Escola Normal Dr. Fernando Costa”, “Colegio Estadual Dr. Fernando Costa”, “Colégio Estadual”, “Escola Normal Dr. Fernando Costa”, “Escola Normal Fernando Costa”, “Curso Primário anexo à Escola Normal Fernando Costa”, “Instituto de Educação Fernando Costa”, “Curso Primário do Instituto de Educação Fernando Costa”, “Instituto de Educação Estadual Fernando Costa”, “Instituto de Educação Fernando Costa”, “IE Fernando Costa”, “Reforma de

⁶ Apresento as palavras-chaves na ordem de localização, destaco que não mencionei a quantidade de texto que localizei para cada palavra-chave.

A Revista Científica Eletrônica do Curso de Licenciatura em Pedagogia é uma publicação semestral da Faculdade de Ensino Superior e Formação Integral de Garça - FAEF e Editora FAEF, mantidas pela Sociedade Cultural e Educacional de Garça – ACEG. Rod. Comandante João Ribeiro de Barros – KM1 – CEP: 17400-000 – Garça/SP – Tel: (14) 3407-8000 – www.revista.br – www.faeff.edu.br

Ensino”, “Reforma do Ensino”, “IEE Fernando Costa”, “Instituto Estadual de Educação Fernando Costa” e “redistribuição da Rede Física escolar”.

Posteriormente, referenciei todos os textos que localizei e fotografei, essas referências foram elaboradas de acordo com a *Norma Brasileira de Referência* (NBR) – 6023 (2002), da Associação Brasileira de Normas Técnicas (ABNT). Para elaborar as referências visualizei as fotografias que fiz dos textos dos jornais.

Dessa forma, após eu ter localizado, identificado, reunido e selecionado textos sobre o IE “Fernando Costa” e sobre a Reforma do Ensino baseada na Lei 5.692/71, realizei a sistematização de cada referência e organizei-as em três seções, a saber: “Referências de textos sobre o Instituto de Educação ‘Fernando Costa’ nos números do jornal *O imparcial* de Presidente Prudente/SP de 1953”; “Referências de textos sobre o Instituto de Educação ‘Fernando Costa’ e a Reforma do Ensino nos números do jornal *O imparcial* de Presidente Prudente/SP de 1975” e “Referências de textos sobre o Instituto de Educação ‘Fernando Costa’ nos números do jornal *A voz do povo* de Presidente Prudente/SP de 1975”. No instrumento de pesquisa (CONCEIÇÃO, 2016) as referências estão sistematizadas de acordo com a ordem do ano, ou seja, do mais antigo ao mais recente.

RESULTADOS

No instrumento de pesquisa (CONCEIÇÃO, 2016) que elaborei para o desenvolvimento da pesquisa apresentada neste texto, há referências de textos sobre o extinto Instituto de Educação “Fernando Costa” e sobre a Reforma do Ensino baseada na Lei 5692/71 publicados nos números jornais da cidade de Presidente Prudente/SP, intitulados: *O imparcial* e *A voz do povo* nos anos de 1953 e 1975.

No total, nesse instrumento de pesquisa, reuni 46 referências de textos publicados nos jornais prudentinos fontes relacionadas ao extinto IE “Fernando Costa”, as quais sistematizei abaixo:

Quadro 1 – Quantidade de referências de textos sobre o Instituto de Educação “Fernando Costa” e a Reforma do Ensino localizados nos jornais prudentinos

Jornais e ano de publicação	Quantidade de referências
<i>O imparcial</i> de 1953	24
<i>O imparcial</i> de 1975	22
<i>A voz do povo</i> de 1975	2
Total	48

Fonte: *Textos sobre o Instituto de Educação “Fernando Costa” e sobre a Reforma do Ensino localizados nos jornais prudentinos (1953 e 1975): um instrumento de pesquisa* (CONCEIÇÃO, 2016). Elaboração própria.

De acordo com o quadro acima, constata-se que havia o mesmo número de referências no ano de instalação e no ano de encerramento do IE “Fernando Costa”.

A partir das palavras-chaves dos textos que mencionei que foram utilizadas para localizar e posteriormente referenciar os textos no instrumento de pesquisa em questão, é possível visualizar que:

Quadro 2 – Palavras-chaves dos textos sobre o Instituto de Educação “Fernando Costa” e a Reforma do Ensino localizados nos jornais prudentinos

Palavras-chaves	Quantidades
Colégio Estadual e/ou Escola Normal Fernando Costa	6
Curso Primário relacionado ao IE “Fernando Costa”	2
Instituto de Educação Fernando Costa	6
Reforma de Ensino	3
Total	17

Fonte: *Textos sobre o Instituto de Educação “Fernando Costa” e sobre a Reforma do Ensino localizados nos jornais prudentinos (1953 e 1975): um instrumento de pesquisa* (CONCEIÇÃO, 2016). Elaboração própria.

Destaco que não mencionei a quantidade de cada palavra chave que há no instrumento de pesquisa, mas agrupei as palavras-chaves que utilizei para localizar os

textos e dessas, é possível constatar que a maior quantidade de palavras-chaves refere-se à nomenclatura inicial do IE e a posterior nomenclatura.

Abaixo, apresento a quantidade de referências de textos que há em cada seção do instrumento de pesquisa em questão:

Quadro 3- Quantidade de textos contidos em cada seção do instrumento de pesquisa sobre o Instituto de Educação “Fernando Costa” e a Reforma do Ensino

Seções	Quantidade
“Referências de textos sobre o Instituto de Educação ‘Fernando Costa’ nos números do jornal <i>O imparcial</i> de Presidente Prudente/SP de 1953”	24
“Referências de textos sobre o Instituto de Educação “Fernando Costa” e a Reforma do Ensino nos números do jornal <i>O imparcial</i> de Presidente Prudente/SP de 1975”	22
“Referências de textos sobre o Instituto de Educação ‘Fernando Costa’ nos números do jornal <i>A voz do povo</i> de Presidente Prudente/SP de 1975”	2
Total	48

Fonte: *Textos sobre o Instituto de Educação “Fernando Costa” e sobre a Reforma do Ensino localizados nos jornais prudentinos (1953 e 1975): um instrumento de pesquisa* (CONCEIÇÃO, 2016). Elaboração própria.

A partir do Quadro 3 acima, é possível constatar que a seção “Referências de textos sobre o Instituto de Educação ‘Fernando Costa’ nos números do jornal *O imparcial* de Presidente Prudente/SP de 1953” reúne maior quantidade de textos.

DISCUSSÃO

O Instituto de Educação “Fernando Costa” foi instalado no ano de 1953, antes disso, era denominado, como mencionei, de Colégio Estadual e Escola Normal “Fernando Costa” (COLÉGIO..., 1953-1955), o que justifica a quantidade das palavras-chaves “Colégio Estadual e/ou Escola Normal Fernando Costa”.

A instalação do IE “Fernando Costa” foi reconhecida positivamente pela cidade, como é possível verificar em um dos números dos jornais de Prudente/SP, em que ao tratar disso é mencionado que estava “[...] nas mãos dos nossos políticos, os esforços que se fizerem necessários, para que Presidente Prudente não perca essa grande oportunidade para engradecer, ainda mais esta rica zona da Alta Sorocabana.” (PEIXOTO, 1953, p. 6).

Em relação ao encerramento do IE “Fernando Costa”, a palavra-chave “Reforma de Ensino” indica um termo que contribuiu para a extinção do IE “Fernando Costa”, pois em julho de 1975, a partir da utilização da imprensa de Prudente/SP, é possível constatar que se iniciou na cidade, o processo que culminou na extinção do IE “Fernando Costa”, com o objetivo:

[...] de promover a reforma do ensino em todo o Estado de São Paulo mediante a efetiva implantação de um novo tipo de escola de 1.o e 2.o graus, a Secretaria da Educação [...] [passou a desenvolver] em ritmo acelerado os trabalhos de redistribuição da rede física escolar. (ESTADO..., 1975, p. 3).

Isso ocorreu, ao verificarem “[...] que, apesar de existir [em] desde 1971, a lei 5.692 que determina [va] a implantação da reforma do ensino⁷, praticamente não vinha sendo cumprida. E a nível oficial, as escolas continuavam com seus regimentos estruturados segundo normas que datam de 1968.” (SÃO PAULO..., 1975, p. 7).

Para que ocorresse a implantação da reforma do Ensino no Estado de São Paulo, a Secretaria da Educação estava melhorando a merenda tornando-a diária, (pois anteriormente, a merenda era servida três vezes na semana) estava selecionando professores a partir de provas, estava reformulando os currículos e incentivando a pré-escola. O Secretário da Educação José Bonifácio Coutinho Nogueira, mencionou que um dos requisitos “[...] para a implantação da reforma é a existencia de uma rede escolar ampla, em bom estado de conservação e bem aparelhada.” (SÃO PAULO...,

⁷Com essa reforma se separaria o ensino de 1º grau do ensino de 2º grau, a justificativa para isso era que: “[...] o ensino de 1.o grau destina-se à formação da criança e do pré-adolescente, enquanto que o de 2.o grau destina-se a formação do adolescente formação esta que visa à qualificação profissional.” (A REDISTRIBUIÇÃO..., 1975c, p.3).

1975, p. 7), além disso, seria necessário a redistribuição da rede física escolar, considerando que “[...] o processo é técnico e social e tem como maiores dificuldades o prestígio familiar e o prestígio social.” (A REFORMA..., 1975, p. 1), assim, seria necessário a participação da comunidade.

Para isso, de acordo com o Secretário da Educação José Bonifácio, seriam construídas mais escolas na periferia que seria para a prefeitura se encarregar da educação pré-escolar e o ensino de 2.o grau ficaria para o estado, considerando que um dos principais objetivos da reforma era a profissionalização do aluno. Com base nisso, seria elaborado os currículos escolares e o Secretário da Educação mencionou que “[...] daremos ao aluno uma carga de conhecimentos tão grande que, sempre, ele poderá se adaptar a quaisquer uma das profissões de sua área de trabalho.” (SÃO PAULO..., 1975, p. 7), pois pensava-se que com isso, auxiliariam no desenvolvimento do estado.

Em setembro de 1975, o Secretário da Educação estava em Presidente Prudente/SP, para tratar do Projeto Redistribuição da Rede Física de Estabelecimentos de Ensino de 1.º e 2º graus (SECRETARIO..., 1975). Ele estava acompanhado da coordenadora do Projeto de Implantação da Reforma de Ensino de 1º Grau a professora Maria Aparecida Tamasso Garcia (PRUDENTE..., 1975).

Ainda em setembro de 1975, na imprensa prudentina é relatado que os professores se reuniram em Marília/SP, para discutirem a atuação do magistério, implantação da reforma do ensino, pagamento de salários atrasados e repetência (CONCENTRAÇÃO..., 1975, p. 7).

Segundo a deputada Lygia Lessa Bastos, dois pontos estavam dificultando a reforma do ensino “[...] carencia de recursos e a marginalização do professor.” (PROBLEMAS..., 1975, p. 5).

Em novembro de 1975, os pais constataram que com a redistribuição, teriam que matricular seus filhos em locais distantes de suas residências, porém não sabiam onde seus filhos estudariam (REDISTRIBUIÇÃO..., 1975, p. 9). Com isso, a Secretaria da Educação passou a distribuir “[...] à Imprensa ‘esclarecimentos sobre o projeto de redistribuição da rede física em vista a resolução que estabelece [sse] a sistematica adotada para o ano de 1976 [...]’” (A REDISTRIBUIÇÃO..., 1975a, p. 15).

Nesse esclarecimento, havia:

- Oferecimento de escolaridade de oito anos em uma mesma escola;
- Instituição de um modelo pedagógico (35 alunos com quatro horas diárias);
- Ensino melhor; e
- Separação de crianças e adolescentes, pois a junção dessas faixas etárias passou a ser considerada inconveniente (A REDISTRIBUIÇÃO..., 1975a).

Em dezembro de 1975, segundo informações contidas no jornal *O imparcial* iniciou-se as manifestações contra a implantação da redistribuição da rede física escolar, “A primeira manifestação nesse sentido surgiu por iniciativa da Associação de Pais e Mestres do Instituto de Educação Estadual ‘Fernando Costa’ [...]” (A REDISTRIBUIÇÃO..., 1975b, p. 1).

Além dos pais e professores, a diretoria do IE “Fernando Costa”, também foi contra a implantação em questão e encaminharam ao diretor da Divisão Regional um ofício mencionando que o IE em questão mantinha todos os cursos de 1.o e 2.o graus e era a única instituição que mantinha o curso normal correspondente ao 1.o grau de aplicação. Mencionaram ainda que

[...] foi o maior estabelecimento de ensino do nosso país sendo glória para nossa cidade. Por ser o estabelecimento pioneiro do ensino oficial, seus ex-alunos hoje ocupam as mais variadas atividades no campo social, econômico, político de nossa Pátria. (A REDISTRIBUIÇÃO..., 1975b, p. 1).

Ainda sobre essa implantação, um vereador de Presidente Prudente/SP, formulou um documento e enviou ao Governador do Estado e ao Secretário da Educação, solicitando que a setorização do projeto da Redistribuição da Rede Física Escolar fosse obrigatória apenas para a primeira série do primeiro grau. Enquanto que os demais estudantes continuariam estudando onde cursaram a série anterior, pois a reorganização implicaria em remanejamento dos alunos (NOVOS..., 1975).

Naquele momento, o vereador mencionou que:

A insatisfação é geral, principalmente entre alunos, pais, professores e diretores. É injusto e até desumano, alegam pais e alunos, obrigar-se um estudante a se mudar de um estabelecimento para outro completamente estranho, no meio do curso [...] O amor pela escola n/ se forma de uma hora para outra, mas sim com o tempo de convívio entre alunos, professores e administração escolar. A transferência compulsória é negativa, por ser antipedagógica, pois pode prejudicar o futuro escolar do aluno, que revoltado passaria a odiar os estudos. Revela finalmente considerar também a angustiante preocupação de centenas de professores, ante a triste eventualidade de perderem ou mesmo verem diminutos os sagrados meios de sustento do lar, em face da extinção de cursos, diminuição de número de aulas e da transferência para outros estabelecimentos distantes de suas residências. (NOVOS..., 1975, p. 1).

O Diretor da Divisão Regional relatou no número do jornal *O imparcial* de 19 de dezembro que

Em Presidente Prudente o atendimento aos alunos de 2º. Grau será feito: 1) no Instituto de Educação Estadual “Fernando Costa”, o qual passará a funcionar como Escola Estadual de 2.o grau; 2) – no Ginásio Industrial Estadual de Presidente Prudente, que deverá se constituir em Escola Estadual de 2.o Grau, mantendo classes de 6 a à 8a séries de 1.o grau em 1976, de 7. a e 8.a em 1977 e de 8. A em 1978 3) no Colegio Estadual “Monsenhor Sarrion” que se constituirá em Escola Estadual de 2.o Grau [...] no Ginasio Estadual de Vila Liberdade que se constituirá em Escola Estadual de 1.o Grau [...] (A REDISTRIBUIÇÃO..., 1975c, p. 3).

Todavia, nesse mesmo número do jornal, relatou-se que estava previsto

[...] para 1976 o funcionamento do I.E.E Fernando Costa como Escola Estadual de 2.o Grau e, até o momento, não vêm os Grupos de Trabalho possibilidade de alteração. Os Grupos de Trab. Regional, Sub-Reg. E local obedecendo diretrizes emanadas de órgãos superiores da Secretaria da Educação face à filosofia de política educacional, após apurados estudos elegeram o I.E.E “Fernando Costa” como estabelecimento com localização e prédio de dimensão favoráveis a instalação de uma boa escola de 2.o grau com possibilidade de concentração da clientela escolar e dos recursos apropriados ao ensino de 2.o grau. (A REDISTRIBUIÇÃO..., 1975c, p. 3).

Dessa forma, a partir de dezembro de 1975, após ter funcionado por 22 anos e dois meses, o Instituto de Educação “Fernando Costa” foi extinto para tornar-se Escola Estadual de 2º grau, com isso, em uma reunião da Associação de Pais e Mestres do Curso Primário anexo ao IE “Fernando costa”, realizada no dia 26 de janeiro de 1976, tem-se: “Ata da reunião de professores I para efeito extinção do Curso Primário Anexo

ao IEE ‘Fernando Costa’ de Presidente Prudente e redistribuição dos professores I para outro estabelecimento da sede conforme o decreto 7.400 e Res. SE nº5” (RODRIGUES, 1971, p. 9). A redistribuição⁸ seria realizada na sede do município de acordo com o decreto 7400 de 30 publicado no DO 31/12/1975 e resolução SE nº 5 no DO 1/76 (RODRIGUES, 1971).

A diretora do Curso Primário Anexo ao IE “Fernando Costa” Eluiza Rezende de Rodrigues que era presidente da Associação de Pais e Mestres em questão, mencionou que isso foi devido a Lei 5692, Eluiza fez uma escala dos 11 professores, conforme essa legislação “[...] para que processasse a redistribuição de acordo com os interesses de cada professor. Procedeu-se depois a chamada dos docentes um a um obedecendo-se a ordem decrescente da escala [...]” (RODRIGUES, 1971, p. 10). Por fim, a diretora orientou sobre a data a hora e local para escolhas de vagas disponíveis.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

As conclusões possibilitaram compreender que o Instituto de Educação “Fernando Costa” foi instalado na cidade de Presidente Prudente/SP em 1953, a partir da transformação de um Colégio do Estado e Escola Normal. Enquanto que o encerramento desse IE ocorreu no ano de 1975, a partir de uma Reforma do Ensino.

Aspectos da instalação e do encerramento do IE “Fernando Costa” foram publicados na imprensa prudentina e os textos estão referenciados em um instrumento de pesquisa (CONCEIÇÃO, 2016). A partir desse instrumento, é possível constatar que havia o mesmo número de referências no ano de instalação e no ano de encerramento do IE “Fernando Costa”.

No ano de encerramento na imprensa prudentina foi afirmado que houve manifestações contrárias da população, pois o encerramento do IE estava relacionado com a redistribuição da rede física escolar. Dentre as manifestações contrárias houve uma liderada pela Associação de Pais e Mestres do IE “Fernando Costa”.

⁸Segundo Pirolla (1988) essa alteração causada pela Lei 5692 de 1971 “[...] provocou total falência do ensino. Fundindo o Curso Primário e o Ginásial e transformando o Colegial numa pseudo profissionalização deparou com escolas despreparadas quanto ao pessoal e ao equipamento que jamais poderiam oferecer todas as condições para uma implantação total.” (PIROLLA, 1988, 20-21).

A Revista Científica Eletrônica do Curso de Licenciatura em Pedagogia é uma publicação semestral da Faculdade de Ensino Superior e Formação Integral de Garça - FAEF e Editora FAEF, mantidas pela Sociedade Cultural e Educacional de Garça – ACEG. Rod. Comandante João Ribeiro de Barros – KM1 – CEP: 17400-000 – Garça/SP –Tel: (14) 3407-8000 –www.revista.br –www.faeff.edu.br

Assim, aspectos da instalação e do encerramento do IE “Fernando Costa” foram publicados na imprensa prudentina, cujos textos possibilitam compreender que a instalação dessa instituição foi desejada pela população prudentina e o encerramento gerou insatisfação dessa população.

REFERÊNCIAS

A REDISTRIBUIÇÃO da rede física escolar, segundo o seu programa. *O imparcial*, Presidente Prudente, p. 15, 27 nov.1975a.

A REDISTRIBUIÇÃO da Rede Física escolar gera os primeiros protestos em Presidente Prudente. Presidente Prudente. *O imparcial*, Presidente Prudente, p. 1, 3 dez. 1975b.

A REDISTRIBUIÇÃO da rede física escolar segundo as autoridades. *O imparcial*, Presidente Prudente, p. 3,19 dez. 1975c.

A REFORMA do ensino está à um passo de sua implantação em nosso estado. *O imparcial*, Presidente Prudente, p. 1, 19 set. 1975.

ARQUIVO Dr. Cerávolo. Presidente Prudente, 1983. Placa do arquivo.

ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE NORMAS TÉCNICAS. *Norma Brasileira de Referências* (NBR 6023). Rio de Janeiro, 2002.

BELLOTTO, Heloísa Liberalli. Os instrumentos de pesquisa no processo historiográfico. In: Congresso Brasileiro de Arquivologia, 4, 1979, *Anais...*, p.133-147.

BONTEMPI JÚNIOR, Bruno. Do Instituto de Educação à faculdade de filosofia da universidade de São Paulo. *Cadernos de Pesquisa*, São Paulo, v. 41, n. 142, jan./abr. 2011. Disponível em: <<http://www.scielo.br/readcube/epdf.php?doi=10.1590/S0100-15742011000100010&pid=S0100->>. Acesso em: 13 jul. 2015.

CAMARGO, Marilena Aparecida Jorge Guedes . *Coisas Velhas: um percurso de investigação sobre cultura escolar (1928-1958)*. São Paulo: editora UNESP, 2000.

COLÉGIO ESTADUAL E INSTITUTO DE EDUCAÇÃO Fernando Costa. *Ata*. Presidente Prudente, 1953-1955.

CONCEIÇÃO, Aline de Novaes. *Textos sobre o Instituto de Educação Fernando Costa e sobre a Reforma do Ensino localizados nos jornais prudentinos (1953 e 1975): um instrumento de pesquisa*. Marília, 2016 (Digitado).

CONCENTRAÇÃO de professores em Marília. *O imparcial*, Presidente Prudente, p. 7, 19 set. 1975.

ESTADO redistribui a rede escolar. *O imparcial*, Presidente Prudente, p. 3, 20 jul. 1975.

EVANGELISTA, Olinda _____. *A formação universitária do Professor: o Instituto de Educação da Universidade de São Paulo (1934-1938)*. Florianópolis: NUP/ CED/ UFSC/ Editora Cidade Futura, 2002.

GERMANO, José Willington. *Estado Militar e educação no Brasil*. 3 ed. São Paulo: Cortez, 2000.

LABEGALINI, Andréia Cristina Fregate Baraldi. *A formação de professores alfabetizadores nos Institutos de Educação do Estado de São Paulo (1933 a 1975)*. 2005. 315f. Tese (Doutorado em Educação) – Faculdade de Filosofia e Ciências, Universidade Estadual Paulista, Marília, 2005.

_____. *A formação de professores nos institutos de educação do Estado de São Paulo (1933-1975)*. São Paulo: Arte e Ciência, 2009.

NADAI, Elza. Fernando de Azevedo e a formação pedagógica do professor secundário: o Instituto de Educação. *Revista da Faculdade de Educação*, São Paulo, v. 20, n. 1-2, p. 151-172, jan./dez. 1994.

NOVOS protestos contra a redistribuição da Rede Física escolar no Estado. Presidente Prudente. *O imparcial*, Presidente Prudente, p. 1, 11 dez. 1975.

PEIXOTO, Helena Lustri. Transformação do Colégio do Estado em Instituto de Educação. *O imparcial*, Presidente Prudente, 10 maio 1953. Coluna do Ensino, p. 6.

PINHEIRO, Ana Regina. *A imprensa escolar e o estudo das práticas pedagógicas: o jornal 'Nosso Esforço' e o contexto escolar do curso primário do Instituto de Educação (1936 a 1939)*. 2000. 126 f. Dissertação (Mestrado em Educação)-Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, São Paulo, 2000.

_____. O jornal escolar *Nosso Esforço* e as práticas escolares do curso primário do Instituto de Educação (1936-1939). In: ENCONTRO REGIONAL DE HISTÓRIA – O lugar da História, 17., 2004, Campinas. *Anais...*, Campinas, 2004. p.2-8. Disponível em: <<http://www.anpuhsp.org.br/sp/downloads/CD%20XVII/ST%20XXIII/Ana%20Regina%20Pinheiro.pdf>>. Acesso em: 15 nov. 2016.

PIROLLA, Maria Christina Girão. *Memórias do Instituto:1911-1976*. São Carlos: Camargo Artes Gráficas, 1988.

PROBLEMAS da Educação. *O imparcial*, Presidente Prudente, p. 5, 17 out. 1975.

PRUDENTE receberá o Secretário da Educação. *O imparcial*, Presidente Prudente, p.1,17 set. 1975.

REDISTRIBUIÇÃO da rede, cria problemas nas Escolas locais. *O imparcial*, Presidente Prudente, p. 9, 9 nov. 1975.

REIS, Viviane Cássia Teixeira. *A história da Didática no Instituto de Educação Leônidas do Amaral Vieira – Santa Cruz do Rio Pardo (1953-1975)*. 2015. 219 f. Dissertação (Mestrado em Educação)–Faculdade de Filosofia e Ciências, Universidade Estadual Paulista, Marília, 2015.

RODRIGUES, Eluiza Rezende. *Livro de atas das reuniões da Associação de Pais e Mestres para o Curso Primário anexo ao I.E. Estadual Fernando Costa*. Presidente Prudente, 6 fev. 1971.

RIBEIRO, Arilda Ines Miranda *Subsídios para a História da Educação em Presidente Prudente: as primeiras instituições escolares*. São Paulo: Clíper, 1999.

SÃO PAULO (Estado). Decreto nº 5.884, de 21 de abril de 1933. Institue o Código de Educação do Estado de São Paulo. Assembleia Legislativa do Estado de São Paulo: Secretaria Geral Parlamentar, Departamento de Documentação e Informação, 1933. Disponível em: <<http://www.al.sp.gov.br/repositorio/legislacao/decreto/1933/decreto-5884-21.04.1933.html>>. Acesso em: 14. Out. 2015.

_____. Decreto n. 17698, de 26 de novembro de 1947. *Aprova a Consolidação mandada elaborar pelo Decreto n. 17211, de 13 de maio de 1947*. São Paulo: LEX. (LEX – Coletânea de Legislação).

SÃO PAULO inicia a implantação da reforma do Ensino. *O imparcial*, Presidente Prudente, p. 7, 20 jul. 1975.

SECRETÁRIO da Educação preside reunião esta manhã em Prudente. *O imparcial*, Presidente Prudente, p. 1, 18 set. 1975.

SERRA, Áurea Esteves. *A formação do professor alfabetizador no IE “Prof. Stélio Machado Loureiro”, de Birigüi/SP (1961 – 1976)*. 2004. 249 f. Dissertação (Mestrado em Educação)-Faculdade de Filosofia e Ciências, Universidade Estadual Paulista, Marília, 2004.

TOFOLI, Therezinha Elizabeth. *Educação feminina em Adamantina-SP: o Instituto de Educação Madre Clélia (1951-1978)*. 2003. 150 f. Dissertação (Mestrado em Educação)-Universidade Estadual Paulista, Presidente Prudente, 2003.

TREVISAN, Thabatha Aline. *A pedagogia por meio de pedagogia: teoria e prática (1954) de Antônio D’Avila*. 2007. 165 f. Dissertação (Mestrado em Educação)-Faculdade de Filosofia e Ciências, Universidade Estadual Paulista, Marília, 2007.

